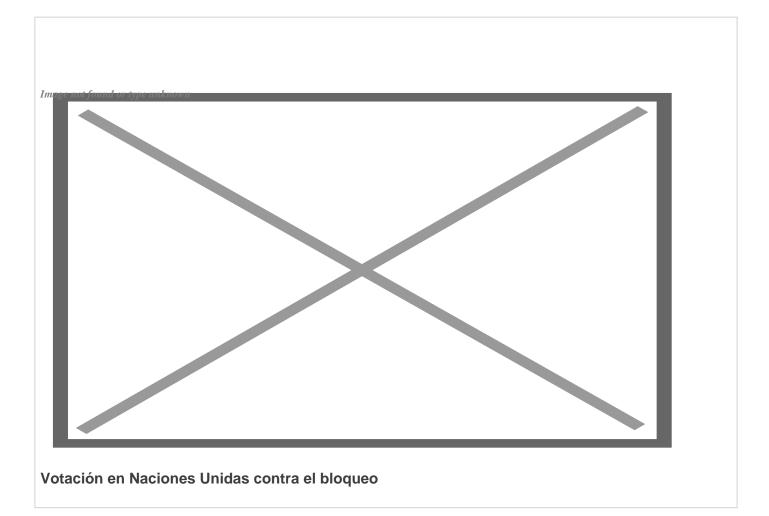
Vitória retumbante para Cuba: 187 votos contra o bloqueio dos EUA.



Nações Unidas, 02 novembro (RHC) A resolução apresentada por Cuba para pedir o fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos foi aprovada hoje pela Assembleia Geral com 187 votos a favor.

O texto, apoiado pela 31ª vez, recebeu dois votos contra (Estados Unidos e Israel) e um Estado membro se absteve (Ucrânia).

A resolução reconhece o cerco como o elemento central da política dos EUA em relação a Cuba por mais de seis décadas.

Seus efeitos não cessaram um único dia e 80% da população da Ilha só conhecem um país com bloqueio.

O prejuízo causado por essa política entre 1º de março de 2022 e 28 de fevereiro de 2023 chega a quatro bilhões e 867 milhões de dólares.

Esse valor reflete o endurecimento do bloqueio sobre as exportações cubanas, principalmente no setor de turismo; a perseguição implacável às operações bancárias e financeiras do país; os custos da realocação geográfica do comércio; os efeitos sobre a produção e os serviços à população; bem como os obstáculos ao acesso a tecnologias avançadas.

No total, o dano econômico com base nos preços atuais ultrapassa 159 bilhões 843 milhões de dólares, e mais de 1 trilhão 337 bilhões levando em conta o comportamento do dólar em relação ao valor do ouro no mercado internacional.

Os efeitos do compêndio de medidas ultrapassam 405 milhões de dólares por mês, o que equivale a um milhão de dólares a cada duas horas.

O relatório apresentado à Assembleia Geral pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, reconhece a continuação dessa política contra Cuba e a inclusão da Ilha na lista de Estados patrocinadores do terrorismo como ações incompatíveis com um sistema internacional baseado no direito.

A ação dos EUA é uma manifestação flagrante do exercício do poder político e econômico em clara violação dos direitos humanos, incluindo o acesso ao desenvolvimento.

Os efeitos dessas disposições são tão óbvios quanto inadmissíveis sob a Carta da ONU e os princípios do direito internacional, acrescenta o texto também disponibilizado aos Estados membros.

De acordo com o relatório, a situação no país caribenho apenas confirma a necessidade de desmantelar medidas coercitivas unilaterais, que minam os direitos soberanos, a realização dos direitos humanos e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A ONU pediu aos países que aprovaram a resolução que mantivessem seus esforços para pôr fim à injusta negação do direito de Cuba à autodeterminação e ao desenvolvimento. (Fonte: PL)

https://www.radiohc.cu/index.php/pt/noticias/nacionales/338257-vitoria-retumbante-para-cuba-187-votos-contra-o-bloqueio-dos-eua



Radio Habana Cuba